



IGREJA MEDIEVAL: A ASCENSÃO DOS FRANCOS E A CONTROVÉRSIA ARIANA¹

Marcos Emílio Ekman Faber²

Resumo

Muitos são os textos que analisam a Idade Média, entretanto são poucos os pesquisadores que realizam uma análise comparativa entre interpretações históricas e teológicas sobre um mesmo período histórico. O objetivo deste artigo é exatamente esse, ou seja, apresentar o resultado de uma pesquisa cujo intento foi comparar e, dentro do possível, conciliar teorias de autores de diferentes áreas do conhecimento sobre os motivos da aliança entre a Igreja Cristã medieval e o Reino dos Francos, no século V. Analisando quais foram os interesses de cada um dos envolvidos, particularmente, do bispo de Roma e de Clóvis I, rei dos francos. Como metodologia, utilizo a análise comparativa dos autores Perry Anderson e Justo L. Gonzales.

Palavras-chave: Igreja Medieval. Arianismo. Reino dos Francos. Império Carolíngio.

Introdução

A historiografia sobre a Idade Medieval é muito fértil, especialmente por parte de historiadores europeus que a cada ano acrescentam uma série de livros e artigos novos sobre o tema. Entretanto, este período não é objeto de estudo exclusivo de historiadores, outras áreas do conhecimento também investigam esta mesma época, em especial a antropologia, a sociologia, a arqueologia e, principalmente, a teologia. Quanto ao grande número de análises teológicas se devem, obviamente, ao motivo da Idade Média europeia ter sofrido com o domínio ideológico da Igreja Católica. Assim, torna-se natural que teólogos tenham um interesse especial sobre esse período histórico. Porém, as teorias teológicas sobre o medievo geralmente são bastante diferentes daquelas que nós historiadores estamos habituados, afinal, a ênfase de um estudo teológico está na Igreja e em suas lideranças.

Contudo, se entre historiadores, a orientação metodológica e ideológica do autor se reflete em suas teorias, entre teólogos isso não é diferente, portanto, existem muitas teorias

¹ Artigo originalmente produzido para disciplina de História Medieval I da Profa. Tânia Chagastelles da Faculdade Porto-Alegrense – FAPA. Este trabalho foi apresentado na forma de comunicação durante o VI Fórum FAPA em novembro de 2007. A versão do artigo aqui apresentado foi revista, atualizada e ampliada (julho de 2011).

² Marcos Emílio Ekman Faber (marfaber@hotmail.com) é graduado em História pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) e pós-graduado em História do Brasil Contemporâneo (especialização) pela mesma instituição, também é professor de História da rede estadual do Rio Grande do Sul e da rede municipal de Cachoeirinha/RS.

distintas, especialmente quando levarmos em conta as diferentes orientações teológicas – ortodoxa, católica e protestante, isso sem considerar as diferenças internas que cada um desses segmentos possui.

E mesmo que a maior parte dos pesquisadores utilizem outras disciplinas para desenvolverem suas teses, são poucos os que realizam uma abordagem que concilie teorias teológicas e históricas numa mesma hipótese. Com isso em mente, o objetivo deste artigo é analisar dois autores que estudaram o mesmo período, mas que não somente tenham orientações metodológicas e ideológicas distintas, mas que representem áreas do conhecimento diferentes. Assim, os autores que selecionei para a composição deste artigo foram o teólogo cubano, especialista em História Eclesiástica, Justo L. Gonzales, autor da clássica obra “*Uma História Ilustrada do Cristianismo*”³ e o historiador inglês Perry Anderson, adepto do materialismo histórico dialético, autor do igualmente clássico “*Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*”.

Quanto à delimitação temporal e geográfica do artigo, minha análise será centralizada no período em que ocorreu a formação do reino dos francos, na Europa central, especialmente nos eventos que levaram a aliança entre os francos e a Igreja de Roma, no século V. Mas, antes de prosseguir, é preciso informar que existem duas principais interpretações sobre esse período, que independem da orientação teórica do autor. A primeira, comumente aceita entre teólogos católicos e protestantes, implica a aliança entre o poder político franco e a Igreja a uma necessidade, por parte dos católicos, de combater o avanço ariano no território do extinto Império Romano, hipótese que é defendida por Justo Gonzales. Essa interpretação defende que a aliança entre francos e católicos se deveu ao esforço missionário da igreja.

Já a segunda interpretação, afirma que esta aliança ocorreu por iniciativa dos francos. Pois esses necessitavam, a exemplo do que haviam feito os outros reinos bárbaros, legitimar a unificação tribal e a consequente construção de um Estado monárquico. Dentro desta perspectiva a Igreja forneceria a estruturação ideológica que serviria como o cimento religioso e cultural que garantiria a união necessária para a formação do Estado franco, teoria que é defendida por Perry Anderson. Essa segunda interpretação sobre o período atribui ao esforço político dos francos a aliança entre o papa e o rei Clóvis.

Neste artigo, tenho por objetivo trabalhar as duas hipóteses acima citadas, comparando as teorias dos referidos autores sobre a temática. Assim, acredito que a contribuição deste artigo é a de propor um debate sobre as diferentes versões que existem entre as interpretações que historiadores e teólogos realizam sobre a aliança entre a Igreja Romana e o Reino dos Francos. A escolha desta temática ocorreu por eu acreditar que as

³ Obra originalmente em 10 volumes. Neste artigo serão analisados apenas os volumes 2 e 3 desta obra, respectivamente “A Era dos Gigantes” (1980) e a “A Era das Trevas” (1981).

diferentes interpretações que existem entre as referidas áreas do conhecimento não são excludentes, mas complementares.

Com isso, para uma melhor compreensão do texto, o artigo está dividido em duas partes principais, a primeira “A heresia ariana e a estruturação da Igreja Cristã” tem por objetivo expor como ocorreu a formação da Igreja Cristã ocidental sob o comando papal. E a segunda parte, intitulada “O ressurgimento do arianismo e a ascensão dos francos”, analisa como ocorreu a formação do Estado franco e sua aproximação com o poder católico em Roma.

A heresia⁴ ariana e a estruturação da Igreja Cristã

Desde o seu surgimento, o cristianismo entrou em choque com a cultura greco-romana, os cristãos não aceitavam muito bem a cultura helênica por considerá-la imoral. Situação esta que viria a piorar significativamente com o crescimento da influência dos cristãos dentro do Império Romano.

Devido a isso, conforme a Igreja Cristã passava a exercer maior influência no Estado romano, principalmente a partir do governo do imperador Constantino⁵ (306-337), os principais teólogos cristãos tiveram a incumbência de adequar sua fé à filosofia greco-romana, pois o cristianismo em muitas questões conflitava com algumas práticas culturais do Mundo Clássico. Segundo Justo L. Gonzales⁶, muitos teólogos cristãos como Agostinho, Orígenes, Clemente de Alexandria, entre outros, passaram a formular teorias a respeito da fé cristã que adequassem o cristianismo a lógica de pensamento helenista. Dentre essas teorizações, destacaram-se as que afirmavam que Deus havia se manifestado, durante toda a história da humanidade, a todos os povos. Segundo essa teoria, havia sido através da filosofia e das ciências que Deus tinha se manifestado aos homens e, agora, a revelação havia finalmente se completando através da encarnação de Deus em Jesus Cristo. Essa forma de adequar a filosofia e o conhecimento dos pagãos, como sendo uma preparação ao cristianismo se fundamentava no discurso do apóstolo Paulo no Areópago, em Atenas (conforme Atos 17:22-31⁷). Entretanto, esta não era a única interpretação que buscava

⁴ Heresia: “literalmente ‘escolha’, quer dizer, interpretações e práticas religiosas contrárias àquelas oficialmente adotadas pela Igreja Católica.” (FRANCO JR, 2001, p. 183).

⁵ Constantino (272-337) foi o primeiro imperador romano cristão. Foi a partir do governo de Constantino que o cristianismo deixou de ser perseguido com os cristãos obtendo liberdade de culto.

⁶ 1980, p. 88.

⁷ Então Paulo levantou-se na reunião do Areópago e disse: "Atenienses! Vejo que em todos os aspectos vocês são muito religiosos, pois, andando pela cidade, observei cuidadosamente seus objetos de culto e encontrei até um altar com esta inscrição: Ao Deus desconhecido. Ora, o que vocês adoram, apesar de não conhecerem, eu lhes anuncio. "O Deus que fez o mundo e tudo o que nele há é o Senhor do céu e da terra, e não habita em santuários feitos por mãos humanas. Ele não é servido por mãos de homens, como se necessitasse de algo, porque ele mesmo dá a todos a vida, o fôlego e as demais coisas. De um só fez ele todos os povos, para que povoassem toda a terra, tendo determinado os tempos anteriormente estabelecidos e os lugares exatos em que deveriam habitar. Deus fez isso para que os homens o buscassem e talvez, tateando, pudessem encontrá-lo, embora não esteja longe de cada um de nós. 'Pois nele vivemos, nos movemos e existimos', como disseram

conciliar filosofia e a cultura greco-romana com a teologia cristã, pois algumas das teorias teológicas surgidas neste mesmo período entravam em conflito com a pregação do cristianismo primitivo. Por esse motivo, nem todos as aceitavam como legítimas. Esse fato ocasionou uma série de debates entre as principais lideranças cristãs, que buscavam uniformizar a interpretação das Escrituras.

Das interpretações que conflitavam com o cristianismo primitivo, destacou-se o **arianismo**. Gonzales⁸ afirma que o arianismo surgiu a partir da pregação do presbítero Ário de Alexandria, no início do século IV. Baseando-se na crença no monoteísmo, Ário afirmava que por existir somente um Deus, não poderia existir uma trindade⁹. Segundo o teólogo, Deus que a tudo criou, também havia criado ao filho, Jesus Cristo. Sendo assim, Jesus era uma criatura, não podendo ser Deus, pois também havia sido criado por Ele. Aparentemente esta afirmação não era prejudicial ao cristianismo, mas, na verdade, as ideias de Ário, abalavam toda a crença dos cristãos, pois se Jesus não era um Deus – como havia afirmado ser –, toda a crença dos cristãos estava comprometida.

Os pontos em debate eram vários e sutis, mas podemos resumir toda a controvérsia à questão de se o Verbo¹⁰ era coeterno com o Pai ou não. A frase principal em debate era se, como dizia Ário, “houve quando o Verbo não existia”. Alexandre dizia que o Verbo sempre tinha existido com o Pai. Ário dizia o contrário. Isto pode parecer uma infantilidade, mas no fundo estava em jogo a divindade do Verbo [Jesus]. (GONZALES, 1980, p. 90).

Para combater o arianismo, as maiores autoridades do cristianismo da época se reuniram no Concílio de Nicéia, em 325. Nesta cidade, os arianos foram julgados e considerados hereges¹¹, com presbítero Ário sendo destituído de seu cargo.

Mas não somente isso, o Concílio de Nicéia também foi responsável pela publicação do Credo de Nicéia¹², uma confissão que fornecia o fundamento da fé cristã. A confissão de Nicéia foi tão importante para os cristãos que perdurou até a queda de Roma em 476. Mesmo hoje, o Credo ainda é aceito como um dos fundamentos de fé na maioria das igrejas cristãs existentes.

alguns dos poetas de vocês: 'Também somos descendência dele'. "Assim, visto que somos descendência de Deus, não devemos pensar que a Divindade é semelhante a uma escultura de ouro, prata ou pedra, feita pela arte e imaginação do homem. No passado Deus não levou em conta essa ignorância, mas agora ordena que todos, em todo lugar, se arrependam. Pois estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio do homem que designou. E deu provas disso a todos, ressuscitando-o dentre os mortos" (Atos 17:22-31, Nova Versão Internacional da Bíblia).

⁸ 1980, p. 90.

⁹ Trindade se refere as três manifestações de Deus, isto é, Deus Pai, Deus Filho (Jesus Cristo) e Espírito Santo.

¹⁰ Referência ao texto do Evangelho de João capítulo 1 onde Jesus é chamado de *logos* (geralmente traduzido para o português como Verbo) cuja tradução correta do grego seria *razão*.

¹¹ Herege, aquele que prega/segue uma heresia.

¹² Credo de Nicéia: “Cremos em um só Deus Pai onipresente, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado de seu Pai, unigênito, isto é, da substância da Pai, Deus de Deus, luz de luz, Deus verdadeiro do verdadeiro Deus, gerado, não feito, consubstancial (*homoousios*) com o Pai, por quem todas as coisas vieram a existir, tanto no céu como na terra, que por nós homens e pela nossa salvação desceu e encarnou, tornou-se humano, padeceu e ao terceiro dia ressuscitou e subiu ao céu e virá para julgar os vivos e os mortos; e no Espírito Santo” (apud OLSON, 2001, p. 159).

Contudo, segundo Gonzales¹³, após o Concílio, as definições nicenas somente prosperaram devido ao apoio do imperador Constantino. O monarca romano, apesar de vacilar em alguns momentos, tratou de garantir o combate aos hereges em todo o Império.

Outra consequência importante foi que a confissão de Nicéia permitiu que a Igreja Cristã se organizasse de forma universal (católica), diminuindo as distâncias teológicas entre as comunidades cristãs dos principais centros políticos romanos. Contudo, o Concílio de Nicéia acabou por aproximar a Igreja do Império, pois ao apelar ao apoio imperial, os cristãos permitiram uma maior participação do Estado nos assuntos teológicos.

Entretanto, mesmo com a vinculação ao Estado romano, a Igreja Cristã ainda não estava organizada de forma hierarquizada. A organização, tal qual conhecemos hoje, foi uma construção ocorrida com o tempo, principalmente no período em que a Igreja esteve associada ao poder de Roma. Por isso, torna-se importante entendermos que, durante o Império Romano, a Igreja Cristã estava dividida em cinco grandes bispados, cada um deles localizado em um dos principais centros políticos do Império, eram eles: Antioquia, Alexandria, Constantinopla, Jerusalém e Roma. A exceção de Jerusalém, todas as cidades eram grandes polos administrativos romanos. Mas uma significativa e importante diferença existia com relação a Roma, pois esta cidade era a única que ficava no lado ocidental do Império. Gonzales chama a atenção para quando o Império Romano foi dividido em 385, pois o bispo de Roma gradualmente passou exercer uma grande influência na região *latina* (ocidental). O significativo poder de que passou a desfrutar o bispo romano, criou a estrutura de poder que gradualmente lhe transformaria no papa – aqui entendido como autoridade máxima dentro da hierarquia da Igreja. Com isso, quando o Império Romano do Ocidente ruiu, a Igreja, tornou-se a única das instituições romanas preservada, o que lhe possibilitava desfrutar de muito poder, tese compartilhada tanto por Justo Gonzales quanto por Perry Anderson.

Em *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, Perry Anderson¹⁴ afirma que a Igreja representou um processo de conciliação entre duas épocas, para ele, a Igreja teve muita importância para o surgimento da sociedade medieval, sendo responsável pela preservação de parte importante da cultura e da legislação romana, desempenhando papel fundamental no processo de síntese entre as culturas romana e bárbara. Para o autor, a Igreja estava ciente de seu papel e, devido a isso, passou a desejar a revitalização do Império, ou seja, a restauração do Império Romano.

¹³ 1980, pp. 98-99.

¹⁴ 2004, p. 130.

O ressurgimento do arianismo e a ascensão dos francos

A queda do Império Romano do Ocidente facilitou a entrada de tribos bárbaras no território imperial, entretanto, as invasões germânicas já eram muito comuns desde o século IV, quando os primeiros povos não romanizados se instalaram na região. Perry Anderson¹⁵ afirma que os povos bárbaros invasores ao Império Romano do Ocidente se organizavam em tribos patriarcais, que, por sua vez, eram formadas por clãs familiares, cada uma com um líder tribal guerreiro. Conforme foram se estabelecendo em regiões do extinto Império, as tribos passaram por um período de unificação, que geralmente correspondeu aos laços de parentesco ou língua. A unificação bárbara criou a necessidade de reorganização do sistema tribal, pois agora, deixavam de serem tribos para se transformarem em Estados monárquicos. Em consequência a isso, deixavam de ser comandadas por uma série de líderes tribais para serem governadas por um único rei.

Essa mudança provocou uma profunda transformação político-social, pois a nova configuração hierárquica precisava ser assimilada culturalmente pelos antigos clãs. Ao deixarem a formação tribal dos clãs familiares para adotar uma estrutura de organização em torno de um Estado centralizado fez com que o sistema de culto aos deuses pagãos se tornasse obsoleto. Pois agora não havia vários líderes tribais para serem seguidos, mas um só rei em cada um dos novos reinos bárbaros. Esta nova realidade vez surgir também uma nova necessidade de organização do mundo espiritual: um só rei, um só Deus. A existência de vários deuses tribais tornava-se um impedimento à centralização do poder. Com isso, a unificação religiosa e a crença num único deus, legitimava a nova estrutura estatal. Pois essa nova organização se adequava a nova realidade do mundo físico, ou seja, o culto a um único deus tornava legítima a nova hierarquia que os reinos haviam adotado. Devido a isso, o cristianismo encontrou solo fértil entre os novos reinos¹⁶.

Porém, Anderson salienta que a nova organização religiosa, não desejava meramente reproduzir o cristianismo romano. Afinal, os líderes germânicos não tinham interesse em se submeter à Igreja Latina ou ao bispo de Roma, encarados como herdeiros do Império. Essa realidade fez com que os bárbaros organizassem sua própria congregação cristã, a Igreja Germânica¹⁷.

Para manter a distinção frente à Roma, a adesão ao arianismo foi encarada como natural, principalmente em função do trabalho de evangelização realizado pelo missionário Ulfila, que durante muitos anos viveu entre os povos bárbaros pregando o cristianismo¹⁸. Em consequência, os bárbaros, quase que em sua totalidade, aderiram ao cristianismo ariano. A

¹⁵ 2004, pp. 112-113.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ OLIVEIRA, 1987, p. 11.

heresia que fora tão combatida dois séculos antes, agora retornava com muita força. Como afirmou o medievalista Hilário Franco Jr,

Devido ao grande poder de riqueza do segmento eclesiástico naquela época, as heresias medievais funcionaram muitas vezes como uma transferência de aspirações socioeconômicas para o plano espiritual (FRANCO JR, 2001, p. 183).

Com isso, os germânicos garantiam sua distinção e autonomia religiosa frente ao cristianismo romano. Afinal,

Todos os maiores invasores germânicos eram pagãos às vésperas de sua irrupção no Império. A organização social tribal era inseparável das religiões tribais. A passagem política de um sistema de Estado territorial também era inevitavelmente acompanhada pela conversão ideológica ao cristianismo – que parece ter ocorrido em todos os casos numa geração durante o início do cruzamento das fronteiras. Isso não foi fruto missionário da Igreja Católica, que ignorava ou desprezava os recém-chegados ao Império (ANDERSON, 2004, pp. 113-114).

Como vimos anteriormente, a conversão dos bárbaros se deveu ao trabalho missionário ariano e não católico. Por isso, esses povos adotaram o arianismo como forma de distinção frente ao cristianismo latino que acreditavam estar ligado ao passado romano.

Para Anderson¹⁹ “a religião cristã consagrou o abandono do mundo subjetivo da comunidade de clã: uma ordem divina mais extensa era o complemento espiritual de uma autoridade terrestre mais firme”. Assim, seguir somente a um monarca era justificado pela devoção a um único deus.

Entretanto, Gonzales²⁰ defende que a adesão bárbara ao arianismo se tornou um sério problema para a Igreja Católica em Roma. Pois os arianos não representavam somente uma ameaça teológica, mas uma ameaça militar. Por não haver mais um Império protegendo a Igreja Romana, esta poderia ser vencida facilmente por um reino ariano. Isso corrobora com a tese de Waldir Freitas Oliveira²¹, para ele, Agostinho defendia que para subsistir, a Igreja necessitava estar associada a um Estado forte. Para ele, a Igreja seria a detentora do poder espiritual, fornecendo o amparo religioso ao reino, por outro lado, o Estado seria o detentor do poder laico, protegendo militarmente o reino.

A *cidade de Deus* desempenha, no conjunto geral da obra de Agostinho, um papel importante – o de defesa do cristianismo contra a acusação pagã de que tudo de mal que acontecera em 410 e nos anos seguintes se devera ao abandono do culto dos antigos deuses. E ao caracterizar a queda de Roma em mãos dos germanos como um castigo de Deus imposto aos homens, anunciava a transitoriedade do castigo, uma vez que a *cidade de Deus* – continuamente edificada pelos destinados por Deus à salvação, e pela Igreja, a quem caberia reafirmar e manter a unidade da doutrina e a verdade da fé – triunfaria, ao final, sobre a *cidade dos homens*. (OLIVEIRA, 1987, p. 46).

¹⁹ 2004, p. 114.

²⁰ 1981, p. 90.

²¹ 1987, p. 46.

Assim, a Igreja passou a buscar entre os germânicos um reino capaz de aliar-se. Com isso, percebeu que os francos eram os únicos, entre os bárbaros, que não haviam se convertido ao arianismo. Sendo assim, eram aqueles que os católicos poderiam selar aliança. Por outro lado, Clóvis, rei dos francos, viu na Igreja o aliado capaz de legitimar seu poder, sendo o poder superestrutural, capaz de organizar um Estado sob a autoridade de um único soberano. Para Anderson²², a Igreja foi “o mentor oficial da primeira tentativa sistemática de fazer ‘renascer’ o Império no Ocidente – a monarquia carolíngia. Com o Estado Carolíngio, começa a história do feudalismo propriamente dito”.

Com isso, podemos afirmar que a aproximação entre a Igreja Romana e os francos atendeu a interesses que ultrapassavam a religião. Se os francos, a exemplo do que ocorrera com os outros bárbaros, buscava a legitimação de um Estado monárquico em construção, a Igreja Católica buscava completar um duplo objetivo, um imediato, ou seja, combater o avanço do arianismo e, o mais importante, reestruturar o Estado imperial romano. Afinal o papel da Igreja não estava na infraestrutura, mas na superestrutura, sendo a difusora das culturas clássicas e a responsável pela síntese desta cultura com a dos povos bárbaros cristianizados.

Considerações finais

Apesar de terem pontos de vistas completamente distintos, os dois autores analisados possuem teorizações que são complementares. Se para Justo L. Gonzales a Igreja desempenhou o papel de destaque na aliança com os francos, Perry Anderson afirmou o contrário, para este último a aproximação com os católicos foi uma iniciativa do povo bárbaro. Entretanto ao compararmos as teorizações de ambos os autores, podemos concluir que nenhum dos dois estava completamente certo ou errado. Pois tanto católicos quanto francos tiveram significativos ganhos com a aliança. Assim, podemos concluir que o casamento entre a Igreja Católica e os francos, foi uma síntese entre os interesses dos dois grupos.

Os motivos para isso foram muitos. A Igreja, no período posterior as invasões bárbaras, teve de buscar entre estes povos aquele que lhe oferecesse proteção militar, pois os povos bárbaros convertidos à seita cristã do arianismo ameaçavam o poder católico sobre o cristianismo, ameaçando ao poder hegemônico da Igreja na Europa. De outro lado, Clóvis, o rei dos francos, necessitava de legitimação para seu reinado e suas pretensões de unificação das tribos germânicas. A síntese de interesses gerou na conversão de Clóvis e de todos os francos ao cristianismo e sua submissão ao papa. Com isso a Igreja alcançou suas pretensões de proteção e de combate ao arianismo. Uma vez ungido pelo líder

²² 2004, p. 131.

católico, Clóvis tornou-se a esperança de retorno ao passado glorioso da Igreja dentro de um império fortalecido. Foi esta aliança que originou o Império Merovíngio e, posteriormente, o Império Carolíngio. Neste processo, a maior parte dos povos bárbaros foi totalmente dominada pelos francos e, conseqüentemente, a seita ariana totalmente eliminada da Europa.

Para finalizar. Ler e comparar autores clássicos de áreas diferentes é um exercício de extrema importância para compreensão de períodos tão distantes de nossa realidade como é o caso da Idade Média. Especialmente quando não dispomos de fontes primárias sobre o assunto tratado. Porém, a ausência de fontes sobre o período não significa que ele não deva ser estudado, ao contrário, pois a aliança entre católicos e francos criou a sociedade e a cultura que séculos mais tarde chegaria à América com os portugueses e espanhóis. Assim, ler e reinterpretar os clássicos da historiografia é um importante exercício de compreensão do passado e, claro, de nosso presente.

Referências

- ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. 5a.Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BANNIARD, Michael. A Alta Idade Média Ocidental. Lisboa: Europa-América, 1985.
- FABER, Marcos Emílio Ekman. O Império Carolíngio e a Síntese Feudal. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/medieval/carolingio.htm>> Acesso em 01 de nov. de 2010.
- _____. O Nascimento da Idade Média a partir da Análise Comparativa das Obras: Passagens da Antiguidade ao Feudalismo e Declínio e Queda do Império Romano. Disponível em: <<http://historialivre.com/revistahistoriador/espum/marcosfaber.pdf>> Acesso em 21 de jan. de 2011.
- FRANCO JR, Hilário. A Idade Média: Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense de 2001.
- GONZELES, Justo L. A Era das Trevas. São Paulo: Editora Vida Nova, 1981.
- _____. A Era dos Gigantes. São Paulo: Editora Vida Nova, 1980.
- GIBBON, Edward. Declínio e Queda do Império Romano. Edição Abreviada. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- KOSMINSKY, E. A. História da Idade Média. Lisboa: Centro Brasileiro do Livro, ____.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O Mundo Carolíngio. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. A Caminho da Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLSON, Roger. História da Teologia Cristã. São Paulo: Editora Vida Acadêmica, 2001.
- _____. História das Controvérsias na Teologia Cristã. São Paulo: Editora Vida Acadêmica, 2004.
- PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. História da Idade Média: Textos e Testemunhas. São Paulo: UNESP, 2000.

SALINAS, Samuel Sérgio. Do Feudalismo ao Capitalismo: transições. 21ª Ed. São Paulo: Atual Editora, 2010.

WERNER, Karl Ferdinand. A Formação do Império Carolíngio. In: História Viva, São Paulo, Ago. 2005, p. 38-43.